



Anais da Assembléia

N.º 111

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 25 DE SETEMBRO DE 1.980

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 110.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1.980

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Srs. Deputados Antônio Facci e Tadeu Lúcio Machado.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Tadeu Lúcio Machado, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, José Domingos, Lázaro Dunont, Lineu Turra, Mário Celso, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi e Werner Wanderer. (34); achando-se ausentes os Srs. Deputados Fabiano Braga Cortes, Domicio Scaramella, Fuad Nacli, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Augusto Carneiro, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Egon Pudell, João Mansur, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Friedrich, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno, Romero Filho, Valduga, Wilson Fortes (23). Em licença o Sr. Deputado João Elísio.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

61/80 Curitiba, 19 de setembro de 1.980

Senhor Presidente,

Senhores Deputados:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Egrégia Assembléia Legislativa, o anexo anteprojeto de lei, referente à instituição de Áreas de Interesse Especial no Litoral paranaense, bem como o estabelecimento de normas para o parcelamento, uso e ocupação do solo naquela região.

A Região Litorânea do Paraná se constitui para o Governo do Estado em fonte de grandes preocupações, porque observa-se aí a necessidade de implantar medidas que a um só tempo preservem o potencial físico-ambiental privilegiado da Região e acelerem seu desenvolvimento sócio-econômico.

Sobre a base natural do Litoral paranaense já se encontram assentadas atividades humanas e produtivas de grande expressão. Isso no sentido da economia regional, rural e ur-

banas, do porte e significado dos centros urbanos, das atividades típicas dos balneários e do turismo e da infra-estrutura regional. Por sua vez, o sistema viário que atinge a região e nela possibilita grande mobilidade, desde seu percurso, revela atrativos ímpares no que se refere à topografia, cobertura vegetal e, até mesmo, quanto à plástica construtiva.

Entretanto, estudos realizados na região revelaram problemas que impedem o total aproveitamento do seu potencial quanto às perspectivas de expansão dessas atividades, notadamente, no que respeita à ocupação e o uso desordenado e inadequado do solo urbano.

Dessa forma, considero imperativa a preservação da paisagem litorânea e de seus elementos essenciais quanto às possibilidades de depredação ambiental, como decorrência dos processos de assentamentos humanos e infra-estruturais.

Considero, ainda, fundamental preservar as edificações e os sítios de valor histórico, artístico e arqueológico, como um legado às gerações futuras.

Para tanto, há necessidade de adoção de normas e padrões técnicos que disciplinem o processo de parcelamento, uso e ocupação do solo urbano através de leis urbanísticas adequadas.

A proposição ora formulada encontra respaldo nas Leis Federais n.ºs 6.513, de 20.12.77 e 6.766, de 19.12.79, que facultam ao Estado instituir áreas de interesse especial e estabelecer normas complementares pertinentes ao uso e ocupação do solo. Assim, ao submeter à aprovação dessa Assembléia Legislativa o Anteprojeto de Lei em anexo, faço-o na certeza de que os Srs. Deputados reconhecerão nele um instrumento de desenvolvimento harmônico dessa importante Região do nosso Estado.

Tendo em vista os elevados interesses públicos e a relevância da medida que objetiva estabelecer urgentes normas de preservação ambiental da Região Litorânea do Estado, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 25, da Constituição Estadual.

Valho-me da oportunidade para reafirmar a Vossas Excelências a expressão do mais alto apreço.

a) Ney Braga

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Consideram-se Áreas Especiais de Interesse Turístico e Locais de Interesse Turístico, para os fins do disposto na Lei Federal n.º 6.513, de 20 de dezembro de 1.977, as seguintes áreas e localidades situadas nos Municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaguá:

a) as localidades que apresentam condições climáticas especiais;

b) as paisagens notáveis;

c) as localidades e os acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas, de lazer, de pesca artesanal e de artesanato regional típico;

d) as áreas lindeiras à orla marítima que compreendem a faixa de terra que se estende até 2.000m (dois mil metros), medidos horizontalmente, bem como a faixa que se estende até 400m (quatrocentos metros) em torno das baías, estuários de rios e canais do litoral do Estado, que serão estabelecidas a partir da linha do preamar-médio de 1831;

e) as reservas e estações ecológicas;

- f) as áreas destinadas a proteção dos recursos naturais;
- g) as fontes hidrominerais;
- h) os locais onde ocorram manifestações culturais ou etnológicas.

Parágrafo Único — Ficam, igualmente, abrangidos por esta Lei os bens que tipificam as áreas e locais a que se refere este artigo.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará decreto especificando as condições para o aproveitamento das áreas e locais de que trata o Artigo 1.º desta Lei, bem como para parcelamento das áreas declaradas como de interesse e proteção especial para os fins do disposto na Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1.979, observados os seguintes aspectos e princípios:

- a) obrigatoriedade dos projetos de edificações se aterem à topografia local, não se permitindo movimentos de terra (cortes e aterros) que possam alterar predatoriamente as formas dos acidentes naturais da região;
- b) proibição de edificações nas pontas e pontais do litoral, estuários dos rios, áreas de mangues e numa faixa de 200m (duzentos metros) em torno das áreas lagunares e restingas;
- c) fixação de normas e padrões técnicos para as edificações, visando a preservação das condições adequadas à aeração, iluminação e insolação naturais dos logradouros e espaços de uso coletivo, público e particular;
- d) proibição de edificações em encostas que tenham inclinação superior a 20% (vinte por cento);
- e) proibição de edificar qualquer tipo de construção antes de 80m (oitenta metros), contados perpendicularmente a partir da linha do preamar-médio de 1.831;
- f) imposição de normas técnicas para as unidades de tratamento e descarga de esgoto sanitário, de águas servidas e deposição de lixo e detritos, principalmente no que respeita aos conjuntos hoteleiros e residenciais, devendo ser de exclusiva responsabilidade do empresário a construção desses equipamentos;
- g) fixação de normas técnicas para a captação e tratamento da água necessária ao abastecimento das edificações, tanto no que tange ao represamento dos mananciais, quanto à construção de obras de arte de vulto, inseridas na paisagem a preservar;
- h) fixação de normas para a preservação da flora natural através da preservação das espécies existentes e do estabelecimento de mecanismos de estímulo para a reconstituição florística nativa da região;
- i) definição de um sistema de circulação para as faixas litorâneas referidas nesta lei, que assegure o domínio predominante dos pedestres junto à orla, obedecendo basicamente dois preceitos: provimento de áreas para estacionamento de veículos e impedimento de vias de tráfego rápido nesses locais;
- j) preservação das florestas e de quaisquer formas de vegetação natural, dos estuários de rios, áreas lacunares e restingas, bem como da fauna existente;
- l) preservação de edificações e sítios de valor histórico, artístico e arqueológico;
- m) estímulo e assistência às atividades regionais típicas, em especial as ligadas à pesca, turismo e artesanato;
- n) adoção de normas e padrões que disciplinem o processo de parcelamento do solo urbano através de lei de loteamentos;
- o) adoção de normas e padrões técnicos que disciplinem o processo de uso e ocupação do solo urbano através das leis de zoneamento e de edificações;
- p) obrigatoriedade dos projetos de edificações preverem áreas internas próprias para estacionamento de veículos, de modo a contemplar, no mínimo, uma vaga por unidade

habitacional.

Art. 3.º — Caberá à Secretaria de Estado do Planejamento, através da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, o exame e a anuência prévia para aprovação, pelos municípios, dos projetos de parcelamento do solo urbano nas áreas declaradas como de interesse e proteção especial para os fins do disposto na Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1.979.

Parágrafo Único — A Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente — SUREHMA, a Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR e a Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, atuarão, quando necessário, como órgãos consultivos da FAMEPAR, no desempenho da atribuição que lhe cabe na execução da presente lei.

Art. 4.º — O Poder Executivo, através das Secretarias de Estado e seus órgãos vinculados, celebrará convênios com os Municípios onde se situam as áreas a que se referem os artigos 1.º e 2.º desta Lei, a fim de dar execução e cumprimento às Lei Federais n.ºs 6.513/77 e 6.766/79 e à presente.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ao Departamento Legislativo.

62/80 Curitiba, 19 de setembro de 1.980.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos datados de 5 de setembro de 1.980, a convênios celebrados nas datas abaixo, entre o Estado do Paraná e os municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana nas sedes dos municípios signatários:

Município	Data do convênio aditado.
Atalaia	13.08.79
Cidade Gaúcha	07.08.79
Cruzeiro do Oeste	17.08.79
Goioerê	07.08.79
Indianópolis	13.08.79
Marilena	26.12.79
Querência do Norte	07.08.79
São Carlos do Ivaí	13.08.79
São João do Caiuá	13.08.79
São Tomé	07.08.79
Xambê	13.08.79

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo

Ofício:

Sob o n.º 004111/80, Protocolo n.º 2148/80, do Senhor EURÍPEDES SALES, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo — SP, o qual encaminha cópia da Moção n.º 97/80, do Vereador YUKUSHIGUE TAMURA e outros, à qual "PROPÕE A CRIAÇÃO NA ESFERA DA UNIÃO, DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS DE UM PROGRAMA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DESTINADO A AMPARAR A VELHICE, NOTADAMENTE A DOS CARENTES DE RECURSOS FINANCEIROS". Ciente. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. REINALDO STENDEL, ocorrido ontem nesta capital.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.980

a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

Titular do 1.º Cartório Cível e Anexos da Comarca de Toledo, desde a sua criação, exerceu com a esposa, Sra. Assunta Dal Col Stendel, as funções dessa serventia da justiça, com esmerada dedicação.

A sua juventude foi coroada de inspiração poética e literária, fazendo-lhe profundas marcas de sensibilidade de alma, tendo previsto desastroso desequilíbrio ecológico na região.

A sua imaginação e obra, lhe conferiu cadeira de assento na Academia Paranaense de Letras. E o seu passamento deixa uma lacuna pesada e de difícil substituição no mundo poético e literário.

Não é só Toledo e a justiça local que perdem, mas a cultura e o povo paranaense, sobretudo a juventude, que deixa de conviver com uma alma rica de entusiasmo, de vida e de criatividade.

Está consumado o seu tempo, e na medida que desaparece Reinaldo Stendel, a sua luz e a sua alma se eternizam como o dia, como a noite da sua partida..

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o plenário, a consignação, na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora VITORIA SOVIERZOSKI, ocorrido no último dia 22 no Município de Campo Largo.

Outrossim, aprovado o presente, REQUER seja dado conhecimento da decisão da Casa à família enlutada na pessoa do Sr. Estanislau T. Sovierzoski, à praça Atilio Barbosa S/N — Campo Largo.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.980

a) Carlos Zanlorenzi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão um VOTO DE REGOZIO pela passagem de mais um aniversário de fundação do Distrito de Tamarana, no Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.980

a) Dácio Leonel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de regozio pelo transcurso, nesta data, do "Dia Nacional do Povo Árabe".

Tal comemoração vem sendo realizada desde 1.978 em reconhecimento ao trabalho que a Comunidade Árabe vem emprestando de longa data, em prol do progresso e do desenvolvimento de nossa Pátria. Não se pode negar que desde que se iniciou a imigração desta raça milenar para as terras brasileiras, a sua miscigenação e adaptação a nossa cultura

e nossos costumes, veio se integralizando na formação da família brasileira, dotando-a e assimilando-a com seus usos e costumes que na atualidade já integram a nossa nacionalidade.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à Presidência da Federação de Entidades Árabes Brasileiras do Paraná.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.980

a) Fuad Nacli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO, Mui Digno Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região, solicitando a instalação de uma Junta de Conciliação e Julgamento na cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.980

a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Cascavel é polo da grande Região Oeste do Estado, estando a 140 Km da fronteira com o Paraguai—Foz do Iguaçu, na ligação da BR—277 — Assuncion.

A projeção econômica da sua esfera de influência, intensificou a densidade populacional, e hoje conta com aproximadamente 150 mil habitantes na sede urbana, onde desempenham seus misteres, com mais de 100 advogados, número idênticos de médicos, chegando a quase essa quantidade de dentistas.

É centro de grandes equipes profissionais da construção civil, comercial e industrial, além de ser sede da Cotriguaçu (central cooperativista) e Coopavel, com frigoríficos em plena expansão.

Os litígios trabalhistas se avolumaram de tal sorte, que as quatro Varas Cíveis existentes na Comarca, sentem-se asoberbadas pelo volume de procedimentos distribuídos.

A notícia de que as autoridades do setor estariam declinando da decisão de instalar ali uma junta para julgamentos de feitos trabalhistas, vem causando descontentamento justificado nos meios profissionais e forenses.

Como profissional e representante da região, que tem como polo geo-econômico e tecnológico a cidade de Cascavel, estamos reiterando o apelo já feito, porém agora com certa apreensão em face das notícias vasadas.

Seria incompreensível e incômoda a reversão da idéia de instalação da junta em Cascavel, até porque o excesso de litígios aliados à incontestável morosidade da justiça, criaria um clima de juízo extemporâneo e inaceitável sobre essa determinação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, ARQUIVAMENTO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 82/79, de sua autoria, que visa regulamentar a entrega em sessões especiais de Títulos de cidadania honorária e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.980

a) Antônio Facci.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, manifestação

deste Poder Legislativo, dirigida ao Excelentíssimo Sr. Governador Ney Aminthas de Barros Braga, e às Bancadas Federais, na Câmara e no Senado Federal, solicitando apoio e empenho em favor da estadualização das Loterias existentes no País, pagando-se à Caixa Econômica Federal e seus serviços, apenas a contraprestação da administração da arrecadação e sorteios.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.980

a) Fiori Luiz.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Bancada do PMDB, através do presidente da Comissão Partidária Especial, designada para exame da Mensagem n.º 45/80, que encaminhou a esta Casa anteprojeto de lei que trata do Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, REQUER sejam encaminhados à douta Comissão de Constituição e Justiça o Substitutivo Geral e as Emendas Substitutivas em avulso, anexos, a fim de serem aproveitados como subsídios para o aperfeiçoamento daquele projeto de lei.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.980

a) Fidelcino Tolentino.

Presidente da Comissão Especial do PMDB designada para Exame do Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 134/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CASCAVEL.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.980

a) Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

Reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social sobre o n.º 144.894/63, com a denominação de SINDICATO DOS PRODUTORES AUTONOMOS DE CASCAVEL, e posteriormente de acordo com o processo MTPS — 168.541/67, de 29 de maio de 1.967, foi expedida por aquele mesmo Ministério uma segunda via da mesma Carta Sindical de reconhecimento, integrando aquela entidade nos termos da legislação em vigor da época, e em vigor até a presente data, como representante das categorias profissionais integrantes dos grupos do Plano da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, passando a denominar SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CASCAVEL.

Mesmo reconhecido em sua personalidade jurídica por não estar funcionando desde o seu reconhecimento, aquela entidade ainda permaneceu inativa por mais de um ano, quando então, um grupo de trabalhadores rurais, resolveram se reunir, e verdadeiramente fundar o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CASCAVEL, no dia 08 de dezembro do ano de 1.968, aprovando seus estatutos, pois a entidade mesmo reconhecida pelo MTPS, não os possuía, pelo menos aprovado pela sua categoria representativa, e desta forma elegendo sua primeira Diretoria provisória, composta de Presidente, Secretário e Tesoureiro, e por um Conselho Fiscal composto também de três membros, que teriam a incumbência dentro de um período de noventa dias para instalar sua sede social, preparar e organizar toda a documentação exigida por lei, bem como convocar a eleição, que iria eleger

e dar posse a primeira Diretoria daquela entidade.

A partir do ano de 1.969, foram atendidas 1.228 consultas, 133 acordos, 15 processos concluídos e julgados pela justiça, 38 processos em tramitação, e um grande número de contratos redigidos e homologados pela própria entidade, através de seu Departamento Jurídico.

Através de seu Departamento de assistência e farmacêutica forma atendidos 17.089 casos, com consultas médicas, internamentos hospitalares, pequenas cirurgias, transportes de doentes, auxílio funerário, distribuição de medicamentos gratuitamente, além de 2.780 análises clínicas feitos através de seu laboratório de análises clínicas, feitos através de dois ambulatórios médicos mantidos pelo sindicato.

Através de seu Departamento de Educação, foram distribuídas 165 bolsas de estudos em convênio com o Programa Especial de Bolsas de Estudos do Ministério do Trabalho, além de uma série de cursos, encontros e seminários, com a colaboração da Federação dos Trabalhadores na Agricultura "FETAEP" e ACARPA, procurando adaptar os trabalhadores rurais a uma técnica dentro dos padrões exigíveis para uma melhor produção agropecuária.

Desta forma Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois de fazermos um pequeno histórico das atividades mantidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares que compõem esta augusta Casa Leis, bem como dos Senhores Deputados que fazem parte das Comissões Permanentes que deverão analisar o presente projeto de lei, e dar o seu respectivo parecer, para que votem favoravelmente, levando sem em consideração que o título de utilidade pública será mais do que nunca um prêmio de gratidão, a uma entidade que vem prestando com grande assistência à classe trabalhadora rural do município de Cascavel, através de seus associados e dependentes.

Em anexo, a documentação exigida por lei, para que o mesmo tenha sua tramitação o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há muito a amizade da tão propalada Ponte da Amizade deixou de existir, nestes últimos dias, após o assassinato de Anastácio Somoza.

Queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar registrado aqui nosso repúdio e nosso protesto às privações a que estão sendo submetidos brasileiros que se encontram detidos no território paraguaio, desde o assassinato de Anastácio Somoza.

Centenas de brasileiros, principalmente motoristas de caminhões, em sua maioria, continuam sendo vítimas da repressão das autoridades de um Governo que muito deixa a desejar, em termos de liberdade e democracia.

Os abusos pelas informações que vimos recebendo são grandes, além dos conflitos dos dois Países.

Várias manifestações brasileiras foram realizadas e dispersadas pela polícia paraguaia, às custas, inclusive de ameaças com metralhadoras.

É grande a insatisfação dos detidos em solo paraguaio, em Porto Stroessner, em relação à falta de assistência por parte de nosso Governo, que até o momento, parece estar de olhos fechados diante do quadro que se cria no Paraguai, e pior, envolvendo brasileiros que nada têm a ver com os problemas internos daquele País, que geraram no assassinato da "besta-ditatorial Anastácio Somoza".

Vários conflitos, segundo a imprensa de nosso Estado, continuam sendo ensaiados por populares, por brasileiros

junto a Ponte da Amizade, ocorrendo, inclusive, agressões mútuas, o que poderá, ainda, elevar-se e elevar ainda mais a tensão social ali existente.

Liberações estão sendo feitas, após muitos protestos para essas liberações, — de pessoa em pessoa, de duas em duas pessoas, e a grande maioria ficou ali surpreendida com o assassinato do Ditador Anastácio Somoza.

Não é justo de que todo um povo que transita por aquela ponte, tenha que sofrer, ainda após a morte daquele ditador, as consequências do sofrimento que tem causado, não só ao povo nicaraguense, mas agora, também, ao povo brasileiro e paraguaio, após o seu assassinato.

Esperamos que o Governo brasileiro intervenha para que ao menos a integridade de nossos irmãos brasileiros não seja ferida, quando a situação, nos parece, poderá piorar ainda mais, a continuar os abusos que até então lá se verificam.

Não estamos nos posicionando contra o ordeiro trabalhador e também oprimido povo paraguaio, mas às autoridades governamentais que ao nosso ver, entenderam bem o recado do explodido ditador assassinado, que ao chegar à Assunção disse que “caiu do poder por ter sido “flojo”, e que o negócio era endurecer e tratar com violência seus opositores”.

E diante desta afirmação somente agora conhecida, levantamos outra, de um grande herói latino-americano, quando afirmou que “a liberdade chega quando cessa a dominação econômica do imperialismo sobre um povo”.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nossas principais preocupações são os problemas de nossa comunidade, do município, do Estado e de nosso País, que é perfeitamente natural.

Porém, os simples e os ingênuos talvez não saibam que somos uma comunidade internacional interdependente, não só pelos aspectos econômicos, pelos intercâmbios culturais e sociais.

Até nas questões de princípios estamos ligados com todo mundo. As necessidades humanas e sociais, efetivamente, não têm fronteiras. O pensamento humano não aceita fronteiras.

Estamos, aqui, no mundo, por princípios políticos, culturais, sociais, e defendemos os direitos do homem daqui e de todas as partes do mundo.

Nós nos engrandecemos quando conseguimos firmar certos princípios entre nós, quando confrontamos aspirações e sentimentos, e chegamos à compreensão mais profunda de nossa natureza humana, de nossas necessidades fundamentais como seres humanos que vivem em comunidade.

E quando confrontamos esses princípios com aqueles que têm vigência e são conquistados em outras comunidades, outros povos, outros países. (Lê):

“O direito, as leis e as constituições e tratados, não são apenas a ordenação do País e do mundo. Constituem a tradução das necessidades e aspirações dos homens e povos ao nível normativo, das regras de convivência, tendo por referência a busca da Justiça. O justo e o necessário.

Feita essa introdução, menos para ilustrar-nos aqui, e mais para que eventuais colocações simplistas nos diminuam a todos, passo a falar sobre assunto de nosso vizinho Paraguai.

Ali a mão cega do destino caiu sobre o ex-ditador Anastácio Somoza Debayle. Um atentado que se explica e até justifica como vingança, retaliação ou defesa da parte de indivíduos ou grupos de pessoas cujas vidas foram ou têm sido afetadas pela força sanguinária do somozismo.

A morte de Anastácio Somoza desencadeou uma onda de repressões naquele País, afetando todos os cidadãos que ali vivem e até aqueles que estão em trânsito.

Não há credibilidade no intuito e na forma dessas investigações — e este é um dos males das ditaduras. Qualquer cidadão — e este é um dos males das ditaduras. Qualquer cidadão está arriscado a ser vítima de arbitrariedades como a que cerca qualquer indivíduo no Paraguai. Qualquer dissidente político está arriscado a ser preso, torturado e desaparecido pela ação político-policial paraguaia.

Não satisfaz à opinião pública o fuzilamento sumário de um dissidente político argentino, rapidamente apontado como autor do atentado a Somoza. Nem pela execução sumária, nem pela falta de apresentação de qualquer prova exibida publicamente do seu comprometimento com o crime, ou que tenha resistido a uma investigação normal de parte da polícia paraguaia.

Todos os cidadãos atualmente no Paraguai são suspeitos. Todos os que não são autoridades ou seus “compadres” estão sob suspeita.

É natural que sejam feitas investigações para descobrir os autores do atentado. Mas, não é natural que todos os cidadãos sejam suspeitos e o episódio sirva como justificção para o desencadeamento de uma repressão política em escala ilimitada, afetando a todos e aumentando a intimidação da ditadura sobre todos os paraguaios e migrantes que transitam no país.

Faço esse registro para recolocar em pauta o problema dos direitos humanos, para dizer que estão presas muitas pessoas nos cárceres paraguaios, a maioria sem culpa formada e sem julgamento público regular. Entre essas pessoas presas estão Apolônia Flores, de 13 anos e Apolinaria González, de 16. Realmente, duas meninas entre centenas de presos políticos, na maioria agricultores e peões da região de Caaguazú, que há mais de quatro meses estão entregues à polícia política da ditadura paraguaia.

A morte de Somoza, num episódio cheio de ódios internos e externos, serviu como novo pretexto repressivo no Paraguai, afetando os anseios de liberdade daquele povo heróico e sofrido.”

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou vindo da fronteira de Foz do Iguaçu, que Vossa Excelência tão bem representa e também representa, e quero fazer o encaminhamento de um requerimento endereçado a Suas Excelências o Ministro de Relações Exteriores e da Justiça, e ao Embaixador do Paraguai, em Brasília.

Como deve ser do conhecimento de Vossa Excelência, Sr. Presidente, e de alguns outros Deputados, o atentado cometido contra Somoza, no Paraguai, tem causado, aos brasileiros, um sério embaraço no trânsito do Paraguai para o Brasil, especialmente daqueles que representam cerca de 300 mil brasileiros que hoje trabalham e habitam o País vizinho, e ultimamente, Sr. Presidente, tem ocorrido um aglomeramento de cerca de mil pessoas no lado paraguaio, buscando se transferir para o Brasil, entre eles, vários caminhões e famílias inteiras e, ali chegando, encontram obstáculos das autoridades paraguais e há notícia, inclusive, de que, motoristas de carretas e de caminhões ficam retidos por alguns dias naquela fronteira, e são forçados a prestar serviços braçais no lado paraguaio. Se verdadeiras forem essas denúncias, Sr. Presidente, é necessário que as autoridades superiores deste Brasil imediatamente entrem em contato com o Paraguai através da sua embaixada, para não criar problemas de natureza de direitos humanos e que, inclusive, está custando muito, a brasileiros que ali ficam parados aguardando a possibilidade de transporem a fronteira; há notícia inclusive, de que, de um sanduíche é cobrado a importância de 300 cruzeiros, e o que é pior, Sr. Presidente, há quem diga também que, está se

tratando de uma manobra comercial, por parte de alguns especuladores comerciantes do outro lado.

E é preciso que, a par do resguardamento dos direitos humanos, precisem ser preservados as respeitabilidades diplomáticas entre os dois países.

Não é possível que nós brasileiros que tenhamos tido tanta fraternidade e tanta permissibilidade para com os paraguaios, não é possível, Sr. Presidente, que isto não ocorra, também, em relação aos brasileiros que lá se encontram, trabalhando, diuturnamente.

E o pior de tudo, Sr. Presidente, é que são forçados a prestar serviços, sem nenhuma remuneração e praticamente abaixo de ordens armadas - se é que procedem as denúncias formuladas.

É nesse sentido, Sr. Presidente, que estou encaminhando um ofício à consideração desta Casa, para que as autoridades, já nomeadas, tomem alguma providência, e há, inclusive, no meio desses motoristas, alguns que são empregados e procedentes de Brusque, Santa Catarina, que tiveram que prestar serviços e inclusive não receberam alimentação.

Nós, brasileiros, temos que nos rebelar sobretudo quando se está passando por cima de direitos diplomáticos e de preservação dos direitos humanos, que é um problema que extrapola qualquer problema.

Fica aqui, Sr. Presidente, este apelo.

Ao mesmo tempo, quero encaminhar à Mesa neste Pequeno Expediente, o seguinte requerimento:— (Lê): "Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores IBRAHIM ABI-ACKEL, Digníssimo Ministro da Justiça, RAMIRO SARAIVA GUERREIRO, Digníssimo Ministro das Relações Exteriores e JOSÉ ANTÔNIO MORENO RUFINELLI, Digníssimo Embaixador do Paraguai no Brasil, no sentido de facilitar o retorno de brasileiros retidos no Porto General Alfredo Stroessner no lado paraguaio da Ponta da Amizade, fronteira com Foz do Iguaçu, em virtude de bloqueio determinado por aquelas autoridades vizinhas após o atentado de Anastácio Somoza.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Apesar das dificuldades de informações, tomamos conhecimento de que está havendo severa repressão a brasileiros que se encontram no Porto Alfredo Stroessner, desejando retornar ao seu País.

Sabe-se que até agora havia ampla liberdade de ir e vir ao Paraguai-Brasil pela Ponte da Amizade, em virtude da construção da Usina Itaipu, e simultaneamente com a larga colonização das terras paraguaias por brasileiros, onde se estima existir hoje ao longo da fronteira, cerca de 300.000 colonos e industriais madeireiros brasileiros.

Ocorre que, com o atentado fatal desferido contra SOMOZA, há poucos dias, o governo paraguaio determinou severo policiamento das suas fronteiras, em razão do que vem afetar profundamente o trânsito desses brasileiros ao seu país.

Fala-se de muitos abusos ocorrentes no lado paraguaio, onde famílias inteiras, sem alojamento e com poucos recursos, dormem ao relento com crianças expostas ao intenso frio e geadas das últimas noites, causando inúmeros problemas de saúde.

Com esse acúmulo de pessoas, o custo de um sanduiche chega a custar Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) conforme declarou um motorista de Cascavel.

Por outro lado, alguns motoristas de carretas de carga, originários de Brusque-SC, teriam sido obrigados a trabalhar

em serviços braçais, com enxadas e outras ferramentas fazendo ou reparando jardins nas imediações da ponte da Amizade.

O desentranhamento do pessoal leva quase sempre mais de 24 horas, fato que vem causando pânico e apreensão aos familiares desses trabalhadores, e por essas razões são formulados esses apelos, no sentido de conciliar o equilíbrio diplomático e fraternal."

Registro ainda, Sr. Presidente, em requerimento, o falecimento de um dos poetas de que o Paraná sente, o seu passamento.

Trata-se de um Cartorário que foi, para o Oeste do Paraná, com as luzes e o entusiasmo dos homens letrados, para plantar ali, em Toledo, que hoje significa um marco avançado da cultura, o Sr. Reinaldo Stendel titular da Vara Cível e anexos da Comarca de Toledo, desde que se fez a instalação daquela Comarca, ele prestava serviços e ela presta serviços à justiça.

E, um poeta que deixa também, uma cadeira na Academia Paranaense de Letras, este Parlamento, há de apreciar este voto de pesar, que, naturalmente, é uma lacuna para a cultura e para a poesia do Estado do Paraná.

E, também, um requerimento ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Sr. Presidente, pedindo a reconsideração da Junta de Conciliação em Cascavel.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Túlio Zanchet, quarto orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Ainda neste mês tivemos a oportunidade de ocupar esta tribuna, tecendo considerações sobre as dificuldades por que passa a suinocultura de nosso Estado.

Enfocamos os problemas da intermediação, da remuneração ao produtor e da oscilação constante dos preços de produtos fundamentais, entre eles o do milho.

Naquela oportunidade, solicitamos dos canais competentes uma política eficaz no que tange a regularidade do abastecimento, evitando altas bruscas no preço, fator de desequilíbrio do mercado e de desestímulo ao produtor.

Como que antevendo problemas ainda de maior monta para o futuro bem próximo, queremos fazer, hoje, um alerta à nossas autoridades.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O ditado popular diz que é melhor prevenir do que remediar.

Previnimos, pois, aqueles que gostam de jogar com estatísticas, que elas não serão concretizadas no que diz respeito à produção, produtividade e abastecimento de milho em nosso Estado.

Estamos na época de plantio e não há disponibilidade de sementes.

Na safra 79/80, o Brasil produziu 20.000.000 de toneladas de milho. O Paraná contribuiu com mais de vinte e cinco por cento, ultrapassamos as 5,5 milhões de toneladas.

No entanto, ainda estamos apenas remediando e importando, só neste ano, 750.000 toneladas deste cereal.

As previsões ministeriais são no sentido de que produtividade aumentada e cultura expandida, possamos colher nesta safra, um mínimo de 25.000.000 de toneladas de milho. Nosso Estado espera que a terra produza 6.000.000 de toneladas.

Tudo isto serão apenas planos, se medidas enérgicas não forem tomadas com relação à diminuição da oferta de sementes.

Endossamos, desta tribuna, a preocupação dos produtores de milho do sudoeste do Paraná, expresso em memorial que nos chega de Francisco Beltrão, com o competente e insuspeito

aval da Associação Comercial e Industrial, do Sindicato dos Empregadores Rurais, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos e do Rotary Club local.

Denuncia-se, neste documento, que os maiores e mais tradicionais fornecedores de sementes, a CARGIL e a AGRO-CERES, não estão cumprindo os contratos anteriormente firmados, alegando simplesmente quebra de produção.

Nestas condições, quando a procura é maior do que a oferta, os produtores rurais passam a vítimas da especulação desenfreada dos manipuladores do mercado, tendo inclusive que recorrer ao câmbio negro.

Agora é hora de demonstrar na prática, a prioridade agrícola do governo e de se evitar, no futuro, transtornos no abastecimento do milho, de notória importância não só na alimentação humana como para a avicultura e suinocultura.

Encarecemos ao Governo do Estado e à Secretaria da Agricultura gestões no sentido de que seja determinado, urgentemente, o levantamento dos estoques de sementes existentes em poder dos tradicionais fornecedores e suas subsidiárias, dos possíveis desvios das sementes para outras regiões e dos pedidos efetuados pela rede revendedora em poder das mesmas.

Que medidas sejam tomadas de imediato, de caráter preventivo, mesmo que se tenha de recorrer a remanejamento de estoques ou da própria importação de sementes.

Os produtores rurais têm, sempre, correspondido aos apelos do Governo.

Que o Governo atenda, também, esta reivindicação dos produtores rurais, normalizando, prontamente, o mercado de sementes de milho.

"Falando ontem da tribuna da Assembléia Legislativa, o Deputado TÚLIO ZANCHET teceu considerações sobre a falta de sementes de milho, o que vem trazendo transtornos aos agricultores nesta época de plantio.

Pedindo providências para a normalização do mercado, ZANCHET encareceu das autoridades medidas como o levantamento e remanejamento de estoques em poder dos fornecedores, dos possíveis desvios para outras regiões e, se preciso, imediata importação de sementes para suprir a demanda.

O agricultor não deve ficar à mercê dos caprichos do mercado. É até preferível importar pouca quantidade de sementes agora, do que importar centenas de toneladas de milho no próximo ano, como já vem acontecendo atualmente, finalizou ZANCHET."

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Deputado Cyro Martins, quinto orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Ponta Grossa comemorou no último dia 15, 157 anos de Fundação.

Dentro da programação alusiva ao aniversário, uma solenidade significativa foi realizada.

Trata-se da inauguração das ampliações do Cotonifício Kurashiki do Brasil, instalada e em funcionamento desde abril de 1974.

Empreendimento industrial de suma importância para a economia municipal, como também para a economia estadual e altamente benéfica para o comércio externo do Brasil, pois a Kurashiki exporta parte de seus produtos para a Alemanha Ocidental e também para o Japão, Bélgica e Suécia.

O Cotonifício Kurashiki do Brasil Ltda., instalou sua indústria de fiação de algodão em Ponta Grossa, atendendo não

só convite que a nossa administração municipal (1969-), mas, como também baseada nas reais condições do Estado do Paraná na produção do algodão, e nas condições do Distrito Industrial de Ponta Grossa.

As ampliações refletem, e traduzem não só o sucesso alcançado no empreendimento primitivo, como renova a confiança que teve e tem na região onde se instalou.

Pessoalmente, é da mais alta importância a confiança dos industriais que atraímos para Ponta Grossa, espelhada no sucesso obtido através dos fatores favoráveis que o PLADEI o Plano de Desenvolvimento Industrial - mostra técnica e economicamente, a todo o meio empresarial.

As palavras do Sr. Tarao Tomita, Presidente da Kurashiki do Brasil, na ocasião da inauguração, deixou evidente a todos os presentes, a sua satisfação pessoal, não só no sucesso da indústria, como principalmente em sua convivência com os brasileiros, e, já se sentir brasileiro também. Frisou com veemência a confiança que tem no futuro de nossa pátria, na certeza do caminho promissor que o Brasil oferece.

Os principais sócios do Cotonifício Kurashiki do Brasil são:

Kurabo Industries Ltd (Japão)

Toyo Menka Kaischa, Ltd (Japão)

Sumitomo Shoji Kaisha Ltda (Japão)

Com uma área construída de 20.000 m² com 40.848 fusos produz fios de algodão, empregados no mercado interno nos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Exporta para a Alemanha Ocidental, Bélgica, Suécia e Japão.

O consumo mensal de matérias primas é de 560 toneladas, cuja maior parcela é proveniente do Norte do Paraná e Sul do Estado de São Paulo. Recebe algodão até de Pernambuco e do Ceará.

Dentro do movimento financeiro da empresa, é realmente importante ressaltar que a venda para este ano está na ordem de Cr\$ 1.026.600.000 (um bilhão e vinte e seis milhões e seiscentos mil cruzeiros, com exportação na ordem de 249,9 milhões de cruzeiros, com recolhimento de ICM na ordem de cem milhões de cruzeiros.

O Presidente Tarao Tomita decidiu e o fez, num gesto de gratidão à Cidade de Ponta Grossa, doar um relógio público, que foi instalado na Praça Barão do Rio Branco.

São empreendimentos, são realizações como esta que conforta o homem público e que o entusiasma a prosseguir dentro das diretrizes que o levou à vida pública: Atender o povo com empregos, participar do desenvolvimento do Estado e do País na instalação de empresas do gabarito da Cotonifício Kurashiki.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao sexto e último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem ocupamos esta tribuna no horário do Grande Expediente e no horário da Liderança do PMDB, para relatar a esta Casa os fatos que estavam ocorrendo no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil do Paraná. Mas naquela mesma tarde, Sr. Presidente, em que levantávamos o assunto e pedíamos a atenção da Casa, para uma situação que se perpetua há oito anos, intranquilizando toda e qualquer iniciativa de participação do trabalhador verdadeiramente livre e descomprometido com outros interesses que não os da classe trabalhadora, naquele mesmo instante a Justiça estava se manifestando. O Juiz Manoel Lauro Wolkmer de Castilho, da 3a. Vara da Justiça Federal, dentro do arrazoado apresentado pela chapa vencedora, a chapa n.º 2, concedeu liminar ao mandado de segurança impetrado contra mais este ato arbitrário da Dele-

gacia Regional do Trabalho determinando, conseqüentemente, a eliminação daquela farsa constituída por uma junta interven-tora que nada mais era do que a perpetuação da chapa vencida e da diretoria anterior do sindicato e dando ao todo-poderoso Delegado Regional do Trabalho, o prazo de dez dias para se justificar perante a Justiça, das razões de tanta arbitrariedade e de tanta prepotência.

O que já não é novidade no Estado do Paraná e já vem se repetindo há várias e várias temporadas.

É preciso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que ao lado do pronunciamento da Justiça, dando ganho de causa à causa legítima dos trabalhadores da indústria da construção civil, é preciso também que as autoridades constituídas do Estado do Paraná, resolvam olhar para este apêndice estranho e fora do contexto sócio-político do Paraná, que é a Delegacia Regional do Trabalho.

Os tempos Sr. Presidente, são outros, assim deve pensar o Governo do Estado, o Governo Federal, assim somente não pensa o ocupante da Delegacia Regional do Trabalho.

E nós que conhecemos a sua metodologia de trabalho; nós que conhecemos a implantação de uma verdadeira rede de suporte à sua vaidade pessoal por esse interior, sabemos que, se hoje, ele está fechado no seu gabinete, negando-se a receber a imprensa, a dar à opinião pública as justificativas da sua arbitrariedade e da sua prepotência, seguramente estará fazendo o que já fez em outras oportunidades, obrigando os sindicatos do interior que, inclusive, têm dificuldades financeiras em atender às necessidades da causa trabalhadora, obrigando esses sindicatos do interior a prepararem solenidades de desagravo à sua pessoa, e a gastarem parte dos recursos de seus sindicatos, que representam um suado e cansado sacrifício de cada trabalhador sindicalizado, a que esses sindicatos preparem para a sua vaidade, preparem para a sua prepotência, preparem para a sua ambição e seu apego ao Poder, preparem jantares de desagravo, solenidades de entrega de Títulos de Sócio-Honorário e coisas desse naipe, que ficavam muito bem, há alguns anos atrás, na América Central, com pessoas como o Generalíssimo Trujillo, como o General Somoza, como o General Romero, em El Salvador, como o General Fulgêncio Batista, em Cuba, ou como o Generalíssimo Adi Amin Dada.

Mas, não cabem mais, nos tempos novos do Paraná.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Quase ao término da sessão de ontem, quando nós levanta-mos uma questão de ordem à Mesa, para que consignasse perante os Anais da Casa, um fato que nós considerávamos, e consideramos, corriqueiro, normal, um recurso regimental, que é a retirada de uma Bancada ou de outra, para impedir ou frustrar determinada votações, o nobre, digno, culto, inteligente e elegante Deputado de Palmeira, Lineu Turra, afirmou que eu “era campeão de rabo de arraia na verdade, nesta Casa.”

E uma afirmação dessa natureza, - deixando de lado a jocosidade, o espírito realmente irônico do nobre Deputado, - uma afirmação dessa natureza nos levou a fazer um exame de consciência, a fim de que, pesquisando a fundo o nosso comportamento nesta Casa, as nossas atitudes, ao longo de toda uma vida pública, que pudesse encontrar algum fato que desse razão ao nobre Deputado, quando ele disse que eu era “campeão de dar rabo de arraia na verdade, nesta Casa.”

E o único episódio que me veio, assim, à mente, porque, graças a Deus, conscientemente, sempre estou ao lado da verdade, pelo menos na minha concepção eu sempre estou ao lado

da verdade.

O único episódio que talvez levasse o nobre, culto e digno representante de Palmeira a fazer aquelas afirmações, talvez tivesse sido a decisão de Vossa Excelência, quando presidia a sessão da Casa, na sexta-feira, em acolher uma questão de ordem que levantei, na devida oportunidade.

Tão logo Vossa Excelência anunciou o resultado da votação, ainda dentro do processo de votação, chamei a atenção de Vossa Excelência para um possível engano do seu 1.º Secretário, função exercida naquela oportunidade, eventualmente, pelo Sr. 2.º Secretário.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já darei, quantos Vossa Excelência solicitar.

Apenas solicitei à Mesa que se fizesse uma nova verificação.

Porquanto poderia ter havido engano do Sr. Deputado Domício Scaramella, porquanto contei os Deputados presentes e somavam 30 e 31.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? Só para descontraír Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Concluo e já darei aparte a Vossa Excelência.

Aí fiquei preocupado e fiz uma consulta a dos mais eminentes juristas desta Casa, que é o Dr. Reginaldo Franckin, pessoa que respeitamos pelo alto conteúdo de seus pareceres sempre corretos, certos e bem posicionados.

A pergunta que fiz foi a seguinte:

“Na verificação de votação, pode-se computar a presença de Deputado que se encontra em qualquer lugar do recinto do plenário?”

Resposta: “Segundo o disposto no § 1.º, do Artigo 176, do Regimento Interno, o Presidente convidará a levantarem-se os Deputados que votaram a favor a fim de ser procedida a contagem.

Feita essa e depois de sentados os Deputados, o Presidente convidará a levantarem-se os que votarem contra, para ser também procedida a contagem. Proclamando-se, finalmente, os resultados apurados pró e contra.

A referências de sentado ou levantado que o Parlamentar há de assumir, de acordo com o voto manifestado no pleito simbólico, faz presumir que ele deve, nesse momento, estar em sua Bancada, tomada essa no sentido litoral.

Portanto, o Deputado deve sentar-se, ou levantar-se, no lugar, na cadeira, que lhe é atribuída, ou escolhida, desde o início da Legislatura.

Se, no entanto, ainda que presente no recinto do plenário durante a verificação o Deputado não estiver na sua cadeira, a sua presença poderia não ser considerada, para efeitos do § 1.º, do Artigo 176.”

Vê a Casa que o nobre Deputado Tércio Albuquerque estava perfeitamente certo, tomou uma decisão sábia, oportuna, malgrado os insultos que recebeu, até pessoalmente, de alguns Deputados presentes, mas Sua Excelência fez cumprir o Regimento Interno da Casa.

Então foi a única vez, que, segundo me parece, dei “um rabo de arraia” nesta Casa.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O Sr. Lineu Turra — Obrigado, nobre Deputado, queria dizer a Vossa Excelência que ao usar aquela expressão foi com ânimo jocante, não com ânimo de ofender Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não foi com “animus injuriandis”, conforme diz Vossa Excelência, os advogados da Casa dizem.

O Sr. Lineu Turra — Foi apenas para caracterizar uma habilidade de Vossa Excelência.

Aliás, isso aí, veio até para mostrar que Vossa Excelência é hábil na condução da mecânica legislativa, foi uma habilidade de Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço Vossa Excelência, Vossa Excelência sabe que o respeito muito, até peço escusas publicamente, a resposta que dei a Vossa Excelência é que foi realmente mal educada.

Vossa Excelência sabe quanto o respeito. Agora, não leva à conta de habilidade a verificação da verdade. Nós apenas buscamos, naquela oportunidade, a verdade.

O Sr. Lineu Turra — Foi uma expressão como figura decorativa, figura de retórica que nós usamos aqui, uma metáfora, na verdade; agora, outra coisa que eu queria dizer a Vossa Excelência: Eu não vou entrar no mérito da decisão da Presidência com relação àquele episódio da votação do requerimento que foi aprovado por 16 a 15, porque já tivemos decisões, agora, Vossa Excelência está confundindo entre, agredir a Presidência da Casa, com, usar de termos contundentes para sustentar uma posição de acordo com o nosso entendimento.

Eu acho que o que se fez aqui, foi, o uso de expressões contundentes para sustentar uma posição que nós entendíamos legítima, da nossa parte, mas não, expressões ofensivas à dignidade do Presidente da Mesa ou a qualquer membro desta Casa. Isto, no meu entendimento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — É! Vossa Excelência mais uma vez perdoe a minha ignorância, porque, para mim, ofensivo e contundente, é a mesma coisa, objeto contundente ofende a pessoa, palavra contundente ofende a pessoa. Eu dispenso as lições de vernáculo que Vossa Excelência quer me dar.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência está confundindo contundente, no sentido de ferir, com contundente, no sentido de ser objetivo na maneira de se expressar.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu sei! Mas eu dispenso as lições que Vossa Excelência pretende me dar.

O Sr. Lineu Turra — Era isto que eu queria dizer a Vossa Excelência, que aqui nesta Casa, já houve uma oportunidade em que um Deputado Líder também da ARENA exasperou-se com o Deputado Muggiati Filho, porque o Deputado Muggiati Filho havia dito que ele usara uma expressão grosseira na interpretação da lei, e já o Deputado exasperou-se, dizendo que o Deputado Muggiati Filho o havia chamado de “grosso”, quer dizer, é uma maneira então de se expressar tecnicamente, com a maneira de se sentir ferido no seu objetivo.

É assim que Vossa Excelência está entendendo a questão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência. Eu estou entendendo.

Aliás, a nossa bancada tem sido vítima ultimamente, de pronunciamentos de alguns dos Srs. Deputados da Oposição, que nos acusam de antagonizarmos os interesses públicos quando nos postamos contrariamente à aprovação de Pedidos de Informações sobre fatos que pretensamente estariam ocorrendo na Administração do Estado, quer se fazer parecer - essa a minha impressão - que, os Deputados agrupados na bancada do PDS e do Governo, não se interessam, quanto os demais desta Casa, em preservar a moralidade administrativa e, cumprir com exatidão, nosso dever, comum, de vigilância da coisa pública; tanto, ou mais que a Oposição, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, compete a nós Deputados da Situação, lutar

pela imaculada imagem do Governo, Governo com o qual nos alinhamos, pois essa imagem reflete sobre nós mesmos e, de sua pureza, depende o julgamento do nosso desempenho, que nos faça a opinião pública.

A imagem do Governo é a nossa imagem, e sempre que dúvidas razoáveis surgem sobre qualquer setor da administração, nós temos trazido a esta Casa os esclarecimentos necessários, sem que, alguma vez, desses esclarecimentos, tenha perdurado desconfiança ou tenha prevalecido a denúncia feita; todavia, nossa bancada, exercendo o direito de maioria, irá continuar em sua postura de rejeitar em bloco, Pedidos de Informações que, na verdade, e segundo o nosso entendimento, não são corretos.

Não se pode esperar outra atitude, lendo requerimentos formulados por alguns - por alguns - dos Srs. Deputados da Oposição, que, na Justificativa dos Pedidos de Informações praticamente já dando por certas as irregularidades pretensas.

Ora! Se informações estão sendo pedidas, é porque não são conhecidos elementos sobre o assunto.

Mas, não! No bojo do próprio pedido, impõem-se acusações infundadas e às vezes até injuriosas.

Se há necessidade de informações sobre qualquer setor da administração, que se as solicite, em termos, ao contrário, se o objetivo é injuriar ou denunciar sem fundamento, também que se faça, essa liberdade a Oposição efetivamente tem, mas ela jamais espere - o que seria ridículo até - qualquer apoio ou mesmo condescendência, por parte da nossa Bancada.

Poderia, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, parecer até desnecessário este pronunciamento, mas, é preciso realçar esta nossa posição, porque os Srs. Deputados da Oposição, jogam evidentemente, para a torcida.

Reiteradamente tem apregoado que a nossa posição, visa encobrir equívocos, erros do Poder Executivo agora, esta mesma torcida, deve ser advertida, que ela está sendo mistificada e que, determinados pedidos de informações ou pronunciamentos oposicionistas, nenhum outro objetivo prático, buscam, além de fazer média, esconder o vazio real que incomoda as Oposições.

Realmente, incomoda as Oposições, ante uma administração eficiente e bem intencionada.

Não se espera realmente, que da Oposição surjam apoios, aplausos ao Governo:

Ela então, tem que gerar através dessas denúncias, algumas desconfianças.

Agora, que peça para esse seu comportamento, o apoio tácito da nossa Bancada, a nossa votação favorável a esses requerimentos.

Eu já não chamo nem de otimismo, chamo de infantilidade.

O nosso propósito de conduta aqui, ratificado, é de apoiar, suscitar, promover e estimular qualquer ato deste Legislativo, tendente a exercer vigilância sobre a administração pública, no interesse do povo paranaense.

Agora, apoiar assuntos dúbios, não é o que espera da nossa conduta, o povo do Paraná e isso, jamais o povo verá, por mais que alguém possa espernear, esbravejar contra o nosso comportamento.

E o mais recente episódio e com o qual ainda estamos envolvidos, foi suscitado pelo nobre Deputado Dácio Leonel, que pretendeu armar um escândalo, envolvendo o Secretário da Saúde, exibindo notas fiscais da compra de comestíveis de luxo.

Comprovando-se, como comprovado fartamente ficou, que aquelas compras foram indevidamente realizadas por uma funcionária e que esta funcionária, foi afastada do serviço público e que a Secretaria nada pagou, portanto, não houve dano ao patrimônio público.

Mesmo assim, alguns dos Srs. Deputados da Oposição,

falaram ontem aqui, palavras como mordomia, corrupção e outras de igual quilate.

Do nobre, ilustre e digno Deputado Gernote Kirinus, de quem certamente jamais poderíamos esperar pérolas, ouvimos até chamarmos de "anjos da guarda dos deuses tecnocratas".

Isto me fez lembrar uma tia muito velhinha que tenho, a tia Tivica, sempre que ela está tomando seu chazinho, ela diz assim: "Erondy, quem te chama de anjo, filho meu, é porque as costas nunca te deu".

Queria certamente o Deputado, que apoiássemos acusações injustas, infundadas, prejudiciais à reputação de pessoas íntegras.

Se o nobre Deputado Kirinus, esperou por isso, é muita ingenuidade.

Para finalizar, Sr. Presidente, nós queremos catalogar o assunto como encerrado, lamentando somente que a incompostura tem envolvido injustamente um Secretário de Estado, cuja participação foi, exatamente, de afastar um servidor de conduta reprovável.

São milhares os servidores do Estado, são milhares, por seus atos não se pode responsabilizar seus superiores, principalmente quando estes, adotam exatamente, medidas punitivas na oportunidade do erro.

Seria o caso de se fazer uma comparação: Um assessor parlamentar, emite um cheque sem fundos e nós chamamos o Deputado que aquele cidadão assessora, de estelionatário, é a mesma coisa.

E, ainda, a minha tia me ensinou que quando um não quer, dois não fazem as pazes.

Somos nós da Bancada Situacionista que nos recusamos a transigir sob qualquer forma, a esse tipo de comportamento da Oposição.

Se ela quiser fazer passar seus requerimentos, é fácil. Transforme-se primeiro em maioria, exerça depois o Poder.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Erondy Silvério. Vossa Excelência está num aparte pálido sobre um dos Membros de sua Bancada que Vossa Excelência lidera.

Primeira eu só queria agradecer a Vossa Excelência ao fazer não defesa, porque o nosso Presidente, em exercício, o Deputado Tércio Albuquerque não precisa de defesa, porque agiu como disse Vossa Excelência, dentro das normas do Regimento Interno.

Então veja Vossa Excelência, um Deputado que muitas vezes que está dirigindo os trabalhos da Casa, na posição de Magistrado, conhecendo como Vossa Excelência conhece e nós conhecemos o Deputado Tércio Albuquerque, então não seria outra conduta de Vossa Excelência e a nossa conduta, conduta de nossa Bancada.

E é por isso que queria deixar o meu voto solidário mais uma vez a Vossa Excelência, pela maneira em que fez um relatório, não em defesa porque o Deputado Tércio Albuquerque, como Presidente, não precisa de defesa.

Vossa Excelência tem o nosso apoio, tem a nossa admiração.

Porque Tércio Albuquerque, um homem honesto foi ofendido pelos homens da Oposição.

E eu pediria clemência a esses homens que também eles têm razão, Deputado.

Porque quando Vossa Excelência está num banco de areia e está vendo o solo desabar sobre os seus pés, então Vossa Excelência se agarra em tudo o que Vossa Excelência puder pegar. Essa a lei dos homens, é a lei da natureza.

Então, parodiando a um filósofo: Errar é humano e perdoar é divino.

Perdoando aos homens da Oposição, meu querido Líder, porque também eles são gente boa, eles querem olhar pelo Paraná.

Agora só, como dizíamos nós, a verdade tem que ser dirimida e olhada com firmeza como Vossa Excelência está fazendo.

O Deputado que atacou o Secretário da Saúde, se ele tinha provas concretas deveria anexar ao seu requerimento para nós podermos fazer uma C.P.I. contra o Secretário.

Agora, chover no molhado, e pensarmos em provas que não existem, em notas frias, em notas de funcionários que já foram demitidos.

Porque, Sr. Líder, funcionário em cargo em Comissão, Vossa Excelência tem, os Deputados da Comissão têm, e quando eles deixam de merecer a nossa confiança nós damos a conta sem necessidade de inquérito.

Então Vossa Excelência está botando o caso, para orgulho nosso, dentro dos parâmetros da nossa orientação política.

Só queria dizer a Vossa Excelência, clemência para a Oposição, que eles têm direito de esperar.

Eles sabem que nós somos maioria, e vamos continuar sendo, e vamos desde que eles queiram comungar conosco para o bem estar do Paraná, sem demagogia, sem falso messianismo.

Que venham a nós, que nós de braços abertos e de mãos estendidas vamos procurar juntos uma posição, darmos a este Paraná a tranquilidade cristã que o Paraná precisa.

Sem atacar, sem procurar atacar pessoas como o nosso Secretário da Saúde, sem atacar pessoas como Vossa Excelência, como nós tivemos aqui, muitas vezes perdendo de nossos vencimentos, para darmos uma parcela ao Paraná e a esta gente.

Vossa Excelência está de parabéns. Só uma coisa eu peço a Vossa Excelência: clemência para a oposição, porque esperar é necessário.

Eles têm que esperar, senão qual seria o papel deles nesta Casa, a não ser dizer amém para a maioria que há de progredir e há de continuar por tempos indeterminados nesta Assembléia e neste Paraná.

A não ser, Deputado Erondy Silvério, que a Oposição mude de tática e que esta tática deles infelizmente está superada.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e concordo num ponto do aparte de Vossa Excelência, quando Vossa Excelência disse que os Deputados da Oposição também têm o mesmo desejo de servir ao povo do Paraná.

Acredito que todos os Deputados desta Casa têm compromisso com o povo.

Agora, nós não podemos ser responsabilizados pelo que se faz de errado e não podemos aceitar também que a Oposição diariamente jogue sobre a nossa bancada determinadas colocações sobre determinados assuntos, que nós sabemos perfeitamente que não é da alçada do Poder Legislativo.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Erondy Silvério, somente gostaria de frisar que se bem que é verdade que ontem usei o linguajar um tanto teológico, em falar em anjos da guarda, não por serem palavras talvez antiquadas, mas eu me inspiro nestas palavras exatamente quando Vossa Excelência se refere ao Governo, com uma imagem imaculada, pura, que são em si palavreados que se usam mais em relação à divindades.

É inspirado neste tipo de diálogo que a gente fala também nesta mesma linguagem em anjo da guarda.

No entanto, quanto às estórias que nos contaram nossos avós, também existe uma muito antiga que fala do lobo e do cordeiro ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Gosto de aprender estas estórias.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência bem a conhece ... em que a simples argumentação do cordeiro, já é para o lobo motivo de ataque.

Quando Vossa Excelência diz que nas justificativas do argumento, na argumentação do requerimento, é que se prende a decisão da bancada em votar contra, e que seria infatigabilidade de nossa parte esperar um voto favorável à requerimentos, muitas vezes inofensivos que pedem simplesmente informações, como foram muitos requerimentos meus aqui derrotados pela Bancada do PDS...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — E muitos aprovados.

O Sr. Gernote Kirinus — Que pediam informações sobre construção de uma ponte, por exemplo, no Rio São Francisco, por simples determinação de um Deputado que mantém o comando político da região, então são estas coisas que considero não infantis, mas que devemos chamar a atenção entre os políticos, em colocar o interesse do bem comum acima destas divergências político-partidárias.

Vossa Excelência mesmo, numa oasião, testemunhou o comportamento deste Parlamentar, quando da aprovação de outro requerimento do mesmo Parlamentar que motivando a reprovação do requerimento sobre esta ponte, dizendo que realmente deveria prevalecer o interesse do bem comum e não as disposições político-partidárias.

Acredito que Vossa Excelência poderia, diante deste testemunho, esperar-se-ia também a coerência no sentido do mesmo comportamento. Peço vênha se foi ofensivo a palavra anjo da guarda ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não, absolutamente.

O Sr. Gernote Kirinus — Mas a um Governo imaculado, de imagem imaculada, só restam palavras deste estilo.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço, nobre Deputado Erondy Silvério, mas quero nesta oportunidade cumprimentar-lhe pela maneira com que tem conduzido a Bancada, a Liderança de nosso Partido nesta Casa, o que muitas vezes tem até impedido que alguns Deputados intervenham nos debates, porque Vossa Excelência - e preciso confessar isto, pela habilidade que Vossa Excelência tem na condução dos trabalhos nesta Casa, quase não tem sido necessária a nossa intervenção. Quando a Oposição, muitas vezes, quer até criticar por ser uma Bancada às vezes um pouco pacata, mas a Bancada está unida e coesa com a Liderança de Vossa Excelência. Pronta a entrar nos debates, na hora que for necessário.

Não houve oportunidade, até na semana passada quando Vossa Excelência prestou esclarecimentos, não fez a defesa do nosso Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, e que teve a participação do nosso companheiro vice-Líder Airton Cordeiro, mas quero deixar registrada a nossa confiança na honorabilidade deste grande Secretário que tão bem tem sabido conduzir os destinos daquela Secretaria, visitando todo o Paraná, levando assistência àqueles mais necessitados no interior do Estado, procurando montar uma equipe em cada município, que possa realmente atender o povo no setor da saúde, e merece o nosso respeito e o nosso aplauso, pela maneira como tem conduzido os trabalhos naquela Secretaria, e não são os casos pessoais que venham procurar tumultuar uma administração com a que, o Sr. Oscar Alves está fazendo frente àquela Secretaria.

Cumprimento Vossa Excelência pelo pronunciamento que fez, como também o Deputado Airton Cordeiro, associando-me a Vossa Excelência, como associada está também toda a Bancada, no encaminhamento dos trabalhos nesta Casa,

conduzidos por Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa consulta a Liderança do PDS se deseja fazer uso de seu horário. (Declina).

Consulta a Liderança do PMDB.

Falará o nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Segundo estimativas, o Paraná arrecada cerca de 40 milhões de cruzeiros por semana, pela Loteria Esportiva. Não sabemos a quanto monta a arrecadação da loteria federal em suas extrações bi-semanais, mas com certeza é um montante apreciável.

Agora, o governo federal criou a nova Loto do jogo do bicho.

Não sei se algum tecnocrata está estudando a implantação de um sistema de contribuição sobre a prostituição, o contrabando e os tóxicos. Sabemos que isso não seria estranhável, pois o espírito é o mesmo: Como o jogo a dinheiro é um impulso social e a proibição não vem apresentando resultados, vamos oficializá-lo. E isso talvez seja válido, no pensamento do governo, para tudo o que representa um mal social, porém se torna incontrolável e irreprimível.

Não somos moralistas, no sentido de que se poderia dizer: o refúgio dos incompetentes que procuram projetar sua imagem de pureza. Mas, não está em causa apenas o impulso social do jogo e do risco, ou da oportunidade para o enriquecimento fácil através da sorte e do azar. O que está em causa é a atitude que deve ter o governo da Nação sobre questões como o jogo oficializado. Sobre questões como a exploração da pobreza pela promessa de um lance de sorte.

Admitindo o “pragmatismo responsável” que o governo dos últimos anos vem aplicando à toda a sociedade, no caso das Loterias, há um outro ângulo para analisar a questão. Um ângulo de maior pragmatismo, da maior responsabilidade: Só se justifica a exploração do jogo por parte do governo, quando ele encontra a alternativa de conversão do lucro em objetivo social; quando ele encontra a possibilidade de converter a ambição do lucro e do poder, a perspectiva de superação da miséria de classe, através de meios fáceis, em função social.

Do jeito que as coisas estão, não há uma justificativa. Há sim um pretexto, um mero e pobre pretexto para mais uma exploração sobre o faminto povo brasileiro. Portanto, mesmo oficializado, esse sistema de exploração do jogo é profundamente imoral e afrontoso, quando se sabe que os milhões arrecadados não vêm sendo aplicados corretamente pelas instituições agraciadas, como FAS, Imposto de Renda, Ministério da Educação, CND, MOBRAI, SEED, Previdência Social, etc.

Em 10 anos e 4 meses de vida, a Loteria Esportiva faturou a soma incrível de 60 trilhões (antigos), 794 bilhões, 838 milhões.

E quanto mais a corda da miséria aperta o pescoço do trabalhador, mais ele procura o jogo, esperando o “milagre final”. Exemplo: nos primeiros oito meses deste ano (janeiro-agosto), a loteca já arrecadou aproximadamente 15 bilhões (tri, antigos) e até o final do ano, segundo as estimativas, deverá superar os 20 bilhões de cruzeiros.

Porém, não vamos nos deter em questões gerais de princípios contra o jogo, em números, em estatísticas e a exploração das fraquezas dos homens; nem na distinção entre a explicação que o Governo dá para instituir e oficializar o jogo e uma justificação social para legitimar o jogo.

Queremos destacar, é que - mesmo admitindo o sentido dado à exploração oficial do jogo, em diversas formas - é ina-

ceitável a política econômica do governo da União. O aproveitamento indevido de mais um expediente para a concentração de recursos em mãos do governo federal, contra os Estados e municípios.

É preciso deixar nos Estados os recursos que lhes pertencem.

Todos os Estados brasileiros estão em situação difícil e podem ser divididos entre os mais e os menos falidos.

Que a União conserve o seu sagrado e consagrado direito das tributações sobre o capital — e o imposto de renda seria a sua principal fonte neste orgulhoso País que hoje é cantado como o oitavo do mundo em Produto Nacional Bruto — mas que abandone o assalto à economia de Estados e municípios, a grande maioria numa situação pré-falimentar.

No atual sistema que preside a Loteria Esportiva, a redistribuição dos recursos amealhados em todo o Brasil, não passa de um artifício, de uma panacéia, para nos levar ao consentimento, à concordância.

Apenas seria aceitável, realmente, pelos homens conscientes, se esses recursos se destinassem totalmente à assistência social na sua maior parte, e em menor parte à cultura e ao esporte amador. Somos um País pobre, rico em cultura popular e em esportistas amadores, mas pobres em estímulos à cultura popular e à organização esportiva.

Estamos situados entre os indigentes do mundo em termos de mortalidade infantil e no quadro das doenças endêmicas e subnutrição.

Porém, destinar tais verbas — dentro do atual quadro da tecnocracia brasileira e da exorbitância nos poderes executivos da União, seria ainda favorecer o autoritarismo e a corrupção desenfreada.

É PRECISO ESTADUALIZAR E MUNICIPALIZAR ESSA LEI FEDERAL DA EXPLORAÇÃO DO JOGO. É preciso que os municípios não se descapitalizem ainda mais, que os Estados não se empobrecam ainda mais.

Todo sistema de arrecadação no Brasil tende a ser injusto e recai sobre os mais pobres, sobre os municípios mais pobres, sobre os Estados mais pobres. Porque é a pobreza, na sua infinidade de cartõezinhos modestos, que sustenta o jogo.

Porque são os Municípios e Estados pobres que exportam pequenos montantes de capitais, que lhes fazem muito mais falta, do que aos municípios e Estados mais ricos. Não há proporções compatíveis; não se trata de simples percentuais e estatísticas.

Quero propor uma campanha apartidária, sem donos, a todos os políticos do Paraná, a todas as lideranças sociais, para a estadualização dessas modalidades de jogos, e que se venha a fixar os percentuais que devem ficar nos municípios.

Dou aqui o meu apoio à campanha que a FOLHA DE LONDRINA, em boa hora, está levantando sobre essa questão do jogo (anexo: comentário de Walmor Macarini, aos 7/9/80, e Editorial do dia 09/09/80).

Expresso aqui o meu ponto de vista sobre o assunto, solicitando apoio dos nobres Pares e do Poder Legislativo para o requerimento que encaminharemos a seguir.

Entendo que na ordem dos problemas que vivemos, esta questão não é a primeira. Não está na escala de prioridades políticas, econômicas e sociais. Mas, em política, ataca-se por onde nos pareça possível a luta e que consigam resultados na união de esforços.

E esta é uma boa causa, se atentarmos para o fato que, somente na Loteria Esportiva, o Paraná manda para fora de suas fronteiras, por mês, aproximadamente 160 milhões de cruzeiros, o que dá quase dois bilhões de cruzeiros por ano. Se somarmos as outras modalidades de jogo oficializadas, cremos que poderemos prever um montante de 300 milhões de cruzeiros, que fazem falta ao serviço médico público, à assistência social pública, à educação pública, aos esportes e à cultura.

Tudo isso sem contar a Taxa Rodoviária Única (TRU), que arrecada milhões, sem retorno.

SANGRIA CONTINUADA

É assustador o fato de que, por trás da alienada euforia com que se anunciou o novo recorde mundial do rateio da Loteca — 218 milhões de cruzeiros — há um total de 692 milhões de cruzeiros de apostas, dinheiro vivo que foi sugado, de todos os Estados, para o voraz estômago da Loteria Esportiva.

A arrecadação, aliás, também é recorde mundial, do mesmo modo como houve recorde de arrecadação no Paraná, enviando para o “bolo” a importância bruta de 40 milhões de cruzeiros, um dinheiro que saiu de todos os cantos do Estado e que não mais voltará.

Tem-se repetido, insistentemente, que a Loteca é hoje um dos maiores agentes descapitalizadores de Estados e municípios, de que se tem notícia. Os milhões arrecadados, semanalmente, saem e não voltam. Nem na forma do prêmio, porque este só representa 30 por cento do total arrecadado, nem pela redistribuição do “bolo”, em forma dos anunciados benefícios sociais. Difícilmente o Paraná receberá 40 milhões de cruzeiros semanais como retorno do que investiu na loteria. O mesmo se pode dizer de todos os Estados e municípios que mandam dinheiro e pouco recebem de volta.

Diante de um fato como este, facilmente perceptível, de uma descapitalização contínua e maciça, não só da Loteca mas de todas as Loterias de fundo federal, e com a certeza de que tais modalidades dificilmente serão extirpadas do seio social, mais ainda, porque o banqueiro é o Governo, chega-se à conclusão de que é amplamente válida a idéia apresentada, domingo, pelo jornalista Walmor Macarini: já que não é possível vencer os malefícios da Loteria, que se lute para fazer com que os recursos auferidos por ela fiquem no próprio Estado de origem, ou seja, estadualizando-se todas as loterias.

A constatação desta realidade, aliás, não é recente. Há cerca de seis anos, num congresso de Prefeitos realizado em Foz de Iguaçu pela Associação dos Municípios do Paraná, entre as muitas sugestões para melhorar a arrecadação municipal, figurada a uma participação direta no dinheiro arrecadado pela loteca. A tese, então, era a mesma de agora: uma vez que a Loteria Esportiva era uma das grandes descapitalizadoras dos municípios, o lógico seria solicitar que uma parcela do que fosse arrecadado, semanalmente, ficasse de imediato por ali mesmo.

Assim, haveria uma nova e importante fonte de arrecadação, e os municípios teriam um certo desafogo. Poder-se-ia, até, fazer certas exigências, determinar os setores nos quais aquela verba deveria ser aplicada. Mas, não aconteceu nada. Aquela, como muitas dezenas de sugestões — maioria das quais bastante ponderáveis e justificadas — foram para o arquivo. Não houve luta, motivação.

Lança-se, agora, uma idéia nova, aquilo que citava o jornalista, chamou de estadualização das loterias. Idéia difícil de ser aceita pelos escalões federais, é, porém, bastante viável, e sugere uma mobilização dos Estados e municípios, visando sensibilizar as autoridades de Brasília. Não pode escapar, nem aos mais insensíveis tecnocratas, o que representa, para todos os Estados e municípios do País, aquela sangria semanal. E quando cessado, que isto, normalmente, vai aumentar, porque é sempre majorada a aposta mínima da loteca, percebe-se, que a descapitalização continuará e se ampliará, não estando distante o dia em que a sangria semanal passará da casa de um bilhão de cruzeiros, no global. É muito dinheiro, revirado de economias combalidas. Então, é válido lutar contra essa sangria, adotando-se critérios pelos quais a arrecadação das apostas fique nos próprios Estados. Não deixa de ser a continuidade de um vício desnecessariamente estimulado pelas autoridades, mas, ao menos, eliminará um dos malefícios que a Loteria está hoje produzindo.

ESTADUALIZAR AS LOTERIAS

Quarenta milhões de cruzeiros, foi quanto o Paraná enviou para fora de suas fronteiras, só nesta semana. Dinheiro (poderíamos dizer divisas) jogado fora, porque não volta mais. Porque é dinheiro da Loteria Esportiva. Num bolo de 690 milhões, só desta semana, o Paraná contribuiu com 40. Não pode haver pestilência maior do que essa sangria que descapitaliza o "interior". Dizemos INTERIOR, porque todo esse bolo tão brutal — são, repito, 690 milhões só nesta semana — é sugado do Brasil inteiro e fica no Rio e em São Paulo, ou quem sabe, na caixa forte em Brasília. Para servir a uma infinidade de coisas, menos à tão propalada função social a que se destina. Quarenta milhões por semana, representam 160 por mês. Quem tem tido notícia de que o Paraná recebeu de volta algum dinheiro substancial, por conta da Loteria Esportiva? Nem em forma de benefícios sociais, nem em forma de prêmio. Verdade que vez ou outra pingam por aqui alguns trocados, em forma daqueles benefícios ou de algum premiazinho que pinta, repartido que foi, no bolo nacional, por duzentos apostadores. Mas o grosso do dinheiro fica mesmo naqueles três grandes centros, que devem estar estufados de dinheiro. E não é só a Loteca, mas a Loteria Federal também, e em breve — ajude-nos, Deus — vem uma nova modalidade sugadora do dinheiro "interiorano", a Loto. Ai eles vão levar tudo. Vamos ficar nus, descapitalizados de vez. E ainda ficamos todos agradecidos ao Governo Central, quando manda para os municípios alguns milhões em fundo perdido, como se isso fosse uma generosidade. Este dinheiro já nos pertencia, o Governo ficou com ele por algum tempo, mecanizou-o e depois nos devolveu um pouco. Vejam só: todo o grosso volume de tributos, acaba indo para os cofres federais, e depois da Loteria Federal e da Loteca, ainda inventam a Loto. Isto é que se chama assassinar defunto. Porque os municípios e Estados da "periferia" estão cambaleantes, mais mortos que vivos.

O Brasil não precisa de nenhuma forma de jogatina para desenvolver-se. Esta, decididamente, não é a fórmula, mas já que o banqueiro é o Governo Federal, quem é capaz de desbancá-lo?

Por isso, o mínimo que sugerimos, é que se estadualize todas as loterias. Ai pelo menos o dinheiro ficará circulando dentro do Estado.

Por que os Parlamentares e as lideranças estaduais não começam a agitar essa idéia? Dizem que o homem pode não reagir diante de diferentes circunstâncias, mas que reage sempre que lhe põem a mão no bolso. Pois embora muita gente com certeza, não tenha percebido, há muito tempo estão tirando dos nossos bolsos.

Vejam que só da Loteca, o Paraná contribui semanalmente com 40 milhões — um pouco mais, um pouco menos — afora a Loteria Federal e a Loto, que logo virá.

Em questões de economia, não há argumento mais convincente do que os números. E os números estão aí.

É algo de fazer pensar . . .

(Walmor Macarini)

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER manifestação e ofícios aos Governador e Bancadas Federais do Paraná, para estadualização das loterias existentes.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, manifestação deste Poder Legislativo, dirigida ao Excelentíssimo Sr. Governador Ney Aminthas de Barros Braga, e às Bancadas Federais, na Câmara e no Senado Federal, solicitando apoio e empenho em favor da estadualização das loterias existentes no País, pagando-se à Caixa Econômica Federal e seus serviços, apenas

a contraprestação da administração da arrecadação e sorteios. Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.980".

"Às Bancadas Federais, independentemente de siglas partidárias, é para o PDS, é para o PMDB, é para o PT, é para o PTB, para o PDT. É uma luta partidária que todos nós devemos encampar no Estado do Paraná.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Fiori Luiz, ouvimos atentamente esta argumentação de Vossa Excelência, justa, e queremos, de antemão, hipotecar nosso voto a este seu requerimento.

Veja Vossa Excelência, como a Bancada do PDS, quando surge argumentação, quando aparecem requerimentos que procuram beneficiar o Paraná e sua gente, os Deputados do nosso Partido estão coesos com Vossa Excelência.

Quero me permitir, e pedir vênica ao nosso Líder, votarei ao lado do requerimento de Vossa Excelência, porque o municipalismo, e o que Vossa Excelência pleiteia é para que o Estado do Paraná, nas mãos firmes de Ney Braga, possa manusear o dinheiro aplicado no jogo da loteria e que possa retornar e ser colocado em benefício do povo paranaense.

Então tem Vossa Excelência, sem bajulação, o nosso voto e a nossa admiração. E saiba Vossa Excelência e todos os Srs. Deputados componentes da bancada de Vossa Excelência, que quando se apresentam requerimentos dessa natureza, conscientemente os homens do PDS votarão ao lado do povo e ao lado de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. FIORI LUIZ — Obrigado.

São números, Sr. Presidente, expressivos, incontestáveis, irrefutáveis, são 40 milhões, aproximadamente, por semana, que saem pelas nossas fronteiras; são 160 milhões por mês, 1 bilhão e 920 milhões por ano.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Estou ouvindo com interesse o seu pronunciamento, e creio mesmo, Deputado Fiori Luiz, que não só a regionalização da aplicação dos recursos estabeleceria o atendimento a um princípio da justiça distributiva, mas o problema global do jogo no País, teria que ser redefinido, repensado e redimensionado, porque, em algumas pesquisas feitas, aleatoriamente no Paraná, foi constatado que numa das grandes cidades do Paraná, nas quintas-feiras, o consumo de leite cai em 30 por cento.

Eu gostaria de saber se o consumo do leite comprado avulso e à granel nas mercearias, padarias e bares, caindo em 30 por cento, não teria uma relação direta com o encerramento das apostas de loteria esportiva, que são feitas também, encerramento este também feito às quintas-feiras?

Veja Vossa Excelência que, uma redução num bem de consumo, de primeiríssima necessidade, como o leite, afetando principalmente a margem mais desamparada e mais indefesa da sociedade, que são as crianças, as mulheres e os idosos, se este consumo cai em 30 por cento, é evidente que estes recursos devem estar sendo aplicados em outro setor, e se desviado do leite infantil, do leite familiar para uma cartela de jogo de bicho, agora com loto, de jogo de outro tipo como Loteria Esportiva, ou coisa dessa natureza, é um assunto social altamente preocupante, para qualquer Casa Legislativa.

Então, não só endossamos e hipotecamos solidariedade ao manifesto de Vossa Excelência, mas, ainda mais, entendemos que o problema do jogo no País tem que ser repensado e redefinido.

Obrigado.

O SR. FIORI LUIZ — Obrigado, Deputado Renato Bernardi.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Caro Deputado Fiori Luiz, em parte tenho que concordar

e apoiar o pronunciamento de Vossa Excelência. Já está muito centralizada a nossa arrecadação no Governo Federal. Nós temos a Loteria Esportiva; fala-se no campo social, mas para trazer recursos do Governo Federal, é preciso contratar projeto sofisticado para trazer recursos ao pequeno município.

Estranho, que até agora, não tenha havido pronunciamento no Congresso, com referência à Loto. Sou contra o jogo de qualquer espécie, mas, se é para oficializar uma vez que se comenta e é de conhecimento público, que o jogo do bicho esteja abertamente, ninguém consegue contê-lo, uma maneira de aplicar esse recurso mais diretamente no campo social. Mas era preciso que uma lei regulamentasse, que destinasse 10 por cento para a fiscalização e 90 por cento fosse entregue aos municípios.

Porque, aí sim, entendo que seria aplicado esse 90 por cento no campo social, no atendimento àqueles que precisam na realidade, desse atendimento.

Porque se concentrar tudo isso no Governo Federal, para trazer esse dinheiro de volta para atender aos municípios, para o esporte amador, como disse Vossa Excelência, é preciso os projetos sofisticados, e os tecnocratas aí entram para levar parte desse recurso para elaboração desses projetos.

É preciso que se tome uma medida, se já está oficializada a Loto, que o Governo determine a devolução aos municípios, de 90 por cento.

Cumprimento Vossa Excelência pela iniciativa; não conheço ainda os termos da argumentação no pedido, mas concordo que ele seja, não estadualizado, mas que se vá mais diretamente ao município.

O SR. FIORI LUIZ — É importante o reforço de Vossa Excelência, principalmente porque é representante de uma região que sabemos mergulhada em profundos problemas sociais, que é a Região de São Pedro do Ivaí, São João do Ivaí, Kaloré, Lunardelli, Borrazópolis, Marumbi.

Agradeço o aparte.

O SR. DENI SCHWARTZ — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência traz um assunto aqui, realmente para meditação. Encarado do ângulo em que Vossa Excelência está pondo, bendito o jogo do bicho, seja ele porque se distribui a renda aqui dentro, seja ele porque se serve dele para a corrupção de policiais, etc, etc.

Mas, pelo menos, continua dentro do País, nos Estados e nos municípios.

O SR. FIORI LUIZ — Eu nunca condenei o jogo do bicho, acho nociva a Loteria Esportiva, esta é nociva; o jogo do bicho, não.

O SR. DENI SCHWARTZ — Exatamente. Sob esse ponto de vista que Vossa Excelência expõe, muito bem.

Realmente e, contrariamente até o que o nobre Deputado Tavares tem combatido aqui, realmente, pelo menos, a corrupção do jogo do bicho é uma corrupção interiorizada, é nossa. Enquanto que a corrupção oficializada, das mordomias de jogadores de futebol, das verbas que desaparecem, das verbas fantasmas e que, praticamente, levam dois terços da Loteria Esportiva e para onde não sabemos, e o Deputado Gilberto disse muito bem, para projetos caríssimos. Só o projeto custa mais caro, muitas vezes mais que a própria obra.

Realmente, a gente pensa se o jogo do bicho ainda não é uma coisa melhor do que todas essas que estão aí.

O SR. FIORI LUIZ — Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa consulta a Liderança do PTB, se deseja fazer uso do seu horário.

Tendo declinado, concedo a palavra, no horário do PP, ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, queremos registrar que estamos encaminhando à Mesa, um requerimento no qual solicitamos um voto de regozijo pela passagem de mais um aniversário do Distrito de Tamarana, Município de Londrina.

Tamarana hoje, vista pelo seu aspecto urbano, social, pela sua representatividade política, supera, na verdade, um grande número de municípios paranaenses.

Tamarana viverá sábado e domingo próximos, de forma festiva, o transcurso de seu aniversário; mas Tamarana tem também uma profunda tristeza.

No final do Governo Canet Júnior, iam de forma adiantada os trabalhos para a pavimentação asfáltica dos 2.500 metros, aproximadamente, que separam Tamarana da Rodovia Celso Garcia Cid.

O serviço de terraplanagem e preparação do leito estavam praticamente concluídos, restando apenas a pavimentação que seria feita por administração direta do próprio Distrito de Londrina.

Ninguém imaginava, na época, que a mudança de Governo pudesse representar o que se convencionou chamar de retrocesso político. Voltar-se à época em que, enquanto um governante construía uma lombada, seu sucessor, ao assumir, retirava a lombada. E parece que essa é a estória de Tamarana. Graças ao Governador Jayme Canet Júnior, estava recebendo o sonhado acesso asfáltico.

Com a mudança de Governo, a obra foi simplesmente paralisada, aliás, não foi a única. E Tamarana agora, na passagem de seu aniversário, espera merecer do atual Governador o presente que ficou na prateleira. Não importa o nome do político que venha a ficar com as glórias, pela realização da obra.

O que Tamarana deseja, é que o Governo reconheça o que ela representa, especialmente pelo que tem produzido em favor do Paraná e em favor do Brasil.

Mas, Srs. Deputados, comparecemos hoje na Liderança do Partido Popular, e devo frisar que estamos acompanhando vivamente o problema ocorrido com as eleições do Sindicato dos Trabalhadores na indústria da construção civil. Acompanhamos, pudemos inclusive manusear o próprio mandado de segurança que foi impetrado pelos componentes da chapa vitoriosa nas eleições do Sindicato dos Trabalhadores, e pudemos sentir até que ponto pode, efetivamente, chegar o arbítrio, o abuso, muitas vezes da autoridade.

Mas, felizmente, já tivemos ontem mesmo, à noite, a divulgação através da televisão, de que o Juiz da Terceira Vara da Justiça Federal havia concedido a liminar no mandado de segurança impetrado contra a Delegacia Regional do Trabalho, pelos componentes da chapa vitoriosa nas eleições do Sindicato dos Trabalhadores.

E eu entendo mais, entendo especialmente que seria muito oportuno que todos os Parlamentares que têm acesso nesta Casa, tivessem a oportunidade de ler o mandado de segurança, de conhecer no fundo todas as causas, de saber exatamente como se processaram as eleições daquele Sindicato, de saber todas as posições tomadas pela Delegacia Regional do Trabalho na indicação de mesários, de saber que nenhuma impugnação, nenhum fato surgiu, quer no transcurso, quer por ocasião do registro das chapas, quer por ocasião da coleta dos votos nos dias da votação, quer por ocasião das apurações.

Em momento nenhum, a tal ponto que, inclusive quando houve um recurso interposto por apenas dois componentes da chapa vencedora, quando o próprio Delegado procurou ouvir o Sindicato, cujo Presidente postulava reeleição, dele veio a informação de que nada havia que pudesse efetivamente admitir-se qualquer causa para a nulidade.

Como consequência, Srs. Deputados, desejo fixar a posição do nosso Partido, porque entendo que são nesses momentos que há necessidade de que o Parlamentar possa responder pelas posições que ele toma, e possa dizer especialmente junto a essa

gente sofrida, junto aos pedreiros, aos serventes, junto a essa gente que inclusive se chega ao Deputado, para dizer que não temos condição nem de diálogo.

Eles devem ter a condição de diálogo, mas através de quem? Dos representantes, dos homens públicos, daqueles que recebem deles o voto para terem assento nesta Casa.

A posição do Partido Popular é de absoluta discordância com a posição tomada pela Delegacia Regional do Trabalho. Com tristeza profunda. Porque entende até aqui, pelo que viu, por todos os fatos que cercam este episódio, que realmente houve arbitrariedade, houve abuso de poder. E muito mais do que isto.

Faço este pronunciamento da tribuna no horário da Liderança do meu Partido, especialmente porque temos conhecimento que amanhã haverá uma reunião com a participação do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil, com tantos companheiros, mas já pude sentir, na nossa reduzida bancada de apenas quatro Deputados, que infelizmente todos têm compromisso no interior, com exceção de um dos nossos companheiros que se acha viajando para o exterior, a nossa ausência nesta ocasião não vai representar nada, porque de espírito lá estaremos.

Solidários estamos, porque não admitiremos, em nenhuma circunstância, que atitudes arbitrárias, despóticas e ditatoriais, possam prevalecer, especialmente sobre os humildes que continuam tendo muita esperança nesta Pátria.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Srs. Deputados.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam à chamada nominal, 31 Srs. Deputados.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão e consequente votação.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 51/80, oriundo de Parecer da C.C.J., à ex-Proposição nº 57/80, (Mens. Govern. nº 56/80), que aprova o Termo de Convênio consubstanciado em Protocolo de Intenções, celebrado entre o Governo do Estado, através de órgãos que especifica, objetivando a realização de estudos conjuntos no sentido de desenvolvimento integrado da Bacia do Rio Ivaí. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 108/80, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que retifica o Art. 4.º da Lei 230 de 29 de dezembro de 1961. (Cria no Município de Tuneiras do Oeste, o Distrito Administrativo e Judiciário de APARECIDA D'OESTE. Sem pareceres. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 128/80, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. nº 55/80), que visa introduzir as alterações que especifica, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. Pareceres Favoráveis da

C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. Com emenda substitutiva de Plenário. Em regime de urgência.

PROJETO DE LEI Nº 128/80 SUBSTITUTIVO GERAL

EMENDA:

Art. 1.º — Os cargos que integram as carreiras de Assistente Jurídico, Assistente Técnico Administrativo, Contador e Bibliotecário, constantes da Tabela II, da Lei nº 7178, de 06 de julho de 1979, passam a ter os vencimentos fixados na Tabela I desta lei.

Art. 2.º — Os cargos de provimento efetivo da carreira de Motorista constante da Tabela IV, da lei referida no artigo anterior, ficam transformados em cargos de provimento efetivo de carreira de Agente de Segurança Judiciário, com a classificação e vencimentos fixados na Tabela II, desta lei.

Art. 3.º — As atribuições, responsabilidade, características e condições pertinentes aos ocupantes dos cargos de Agente de Segurança Judiciário serão especificados em regulamento editado por ato da Presidência.

Art. 4.º — Como consequência das modificações introduzidas pelo Art. 2.º desta lei, ficam criados no Quadro da Secretaria do Tribunal de Alçada, os cargos:

1 Agente de Segurança Judiciário nível TA-20

1 Agente de Segurança Judiciário nível TA-19

1 Agente de Segurança Judiciário nível TA-18

Art. 5.º — As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento do Tribunal de Alçada.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(aa) José Tavares, Adalberto Daros, Renato Bernardi, Nilso Sguarezi e Deni Schwartz.

Em votação o Substitutivo Geral.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Indago de Vossa Excelência se este substitutivo recebeu a manifestação da CCJ. A Emenda Substitutiva foi apreciada pela Comissão Técnica de Constituição e Justiça?

Sr. Presidente, quero encaminhar a votação e peço a Vossa Excelência que me conceda a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está com a palavra Vossa Excelência, para encaminhar a votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, ao que me consta, essa Emenda Substitutiva retrata "ipsis literis" o pensamento do Tribunal de Alçada. E como é uma prerrogativa constitucional encaminhar esse tipo de plano de lei para a Assembléia, através do Governo, mais ainda é privativo do Poder Judiciário mocionar sobre esses projetos de lei que versam sobre o seu funcionalismo.

E nos consta que teria sido alterada a mensagem original quando passou pelo Palácio Iguaçu. Daí porque a Emenda Substitutiva, veio suprir, em tempo, corrigindo essa distorção havida no trânsito desta mensagem entre os três Poderes.

Por essa razão, Sr. Presidente, nos parece que, embora seja de interesse da economia interna do Tribunal, ela teria sofrido essa modificação no Palácio Iguaçu.

Agora, o Poder Legislativo tem o direito e até o dever, estando ajustadas ao Orçamento do Estado, as pretensões do Poder Judiciário, que nesta Casa, se resguarde o seu pensamento.

É por esta razão que, nesta ocasião, se faz este alerta. Porque, se passar esta mensagem na forma encaminhada pela alteração do Governo, evidentemente que o Poder Judiciário só disporá de uma forma possível de reparar o erro cometido ou a inadvertência cometida, que seria a via judicial, através de um mandado de segurança.

E o que se pretende, Sr. Presidente, é elucidar sobre essa questão da iniciativa da lei. E como se trata de problema de funcionário, cabe ao Tribunal de Justiça propor, e a Assembléia vem, com essa Emenda, tentar corrigir essa divergência existente entre a Mensagem do Judiciário e aquela subscrita pelo Governo do Estado.

Da minha parte, Sr. Presidente, e falo em meu nome pessoal: ficarei com a Emenda Substitutiva.

Obrigado.

O SR. PAULO CAMARGO — (Pela ordem) Sr. Presidente, indago da Mesa se a Emenda Substitutiva foi encaminhada na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Emenda acompanha o projeto; já veio apreciada.

O SR. PAULO CAMARGO — Mas a emenda só pode dar entrada na segunda discussão.

O SR. PRESIDENTE — Está ocorrendo isso, Deputado.

O SR. PAULO CAMARGO — Então está entrando agora.

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência que encaminhe projeto e emenda à CCJ, para ser examinada a Emenda Substitutiva. Porque estamos votando sem saber o que votamos, esta é a verdade.

Todo projeto, toda emenda deve ser examinada pela CCJ, o que não tem sido praxe, ultimamente, nesta Casa.

Este o requerimento que faço a Vossa Excelência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa informa ao nobre Deputado, que a Emenda acompanha o projeto e já foi apreciada pela CCJ. A Emenda é componente do projeto.

O SR. PAULO CAMARGO — Mas Sr. Presidente, se a emenda fosse da CCJ, ela seria uma emenda da Comissão. Como fala aqui, é uma emenda de Plenário e não foi examinada pela CCJ, e evidentemente por nenhuma outra Comissão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para justificar o voto contrário à Emenda da Bancada do PMDB.

Nós respeitamos muito os conhecimentos jurídicos e constitucionais, sempre demonstrados nesta Casa, pelo nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

Entretanto, hoje ele incorreu num equívoco, quando disse que é prerrogativa do Poder Judiciário apresentar, sugerir ao Poder Executivo, a mensagem que hoje apreciamos.

A Constituição mesmo diz que é de competência e atribuição exclusivas do Poder Executivo, legislar sobre o funcionalismo público. É o que fez o Governo do Estado. Não aceitou os estudos feitos pelo Tribunal de Alçada, e para aqui mandou uma mensagem que se enquadra perfeitamente dentro do Código Estatutário do Funcionalismo Público Geral do Estado.

Agora, me parece de inteira procedência a Questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado Paulo Camargo.

A Emenda, ao que parece, não passou pelo crivo da CCJ.

Nestas condições, faço também idêntico apelo à Mesa, para que o processo retorne à Comissão de Constituição e Justiça, que irá dirimir as dúvidas suscitadas. Eu penso de uma forma; outro Deputado poderá pensar de outra, e a Comissão de Constituição e Justiça é competente para dirimir essa dúvida.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo. — Aprovado.

Nestas condições, é encaminhado à CCJ o projeto e respectiva Emenda substitutiva, para serem devidamente apreciados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 112/80, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública o Lar da Criança de Marialva "Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa", com sede e foro na cidade de Marialva. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 112/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o LAR DA CRIANÇA DE MARIALVA "Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa", com sede e foro na cidade de Marialva.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1980.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se propõe seja declarada de utilidade pública, tem por finalidade prestar assistência médica e odontológica; educação em nível de primeiro grau, bem como todos os demais meios de assistência fundamental à criança.

Isto exposto, apresentamos o presente plano de lei, esperando merecer o devido apoio dos nobres Pares e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 112/80

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin, o presente Projeto de Lei nº 112/80, tem por finalidade declarar de utilidade pública o LAR DA CRIANÇA DE MARIALVA, denominado Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, com sede e foro na cidade de Marialva.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor, e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual, reguladora da matéria.

Diante do exposto, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; José Tavares, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 113/80, de autoria do Deputado Rosário Pitelli, que declara de utilidade pública o "Centro Social e Educacional da Paróquia de Leópolis", com sede e foro no Município de Leópolis. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 113/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO SOCIAL E EDUCACIONAL DA PARÓQUIA DE LEÓPOLIS.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1980.

(a) ROSÁRIO PITELLI

JUSTIFICATIVA:

O Centro Social e Educacional da Paróquia de Leópolis, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, e tem como objetivo desenvolver todas as atividades em favor da maternidade, da infância e da adolescência, no Município de Leópolis.

Dispõe-se ainda a zelar pelo bem social e espiritual e físico do povo de Leópolis, procurando difundir o cuidado com a higiene, a puericultura, as letras, as artes, as ciências técnicas e profissionais, serviços sociais e todos aqueles que forem compatíveis com sua finalidade.

Pelos relevantes serviços que vem prestando à comunidade

de Leópolis, a Câmara Municipal já a reconheceu como de utilidade pública.

Assim, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos Pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 113/80

P A R E C E R:

O Centro de Assistência Social da Paróquia de Leópolis, com finalidade de prestar serviços de assistência social à maternidade, à infância e à juventude no Município de Leópolis, vem desenvolvendo há alguns anos, inestimáveis serviços à população menos favorecida do município do mesmo nome.

Estando a entidade que se quer beneficiar perfeitamente enquadrada nos requisitos estabelecidos pela Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria, não vemos qualquer óbice de natureza legal ou constitucional, que se possa antepor à aprovação do presente plano de lei.

Pelos motivos expostos, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; José Tavares, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 116/80, de autoria do Deputado Edilson Alencar, que declara de utilidade pública a "Liga Regional de Futebol de Cascavel", com sede e foro na cidade de Cascavel. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade.

PROJETO DE LEI N.º 116/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE CASCAVEL, com sede e foro em Cascavel-Pr.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1980.

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

Declarar de utilidade pública a Liga Regional de Futebol de Cascavel, é, sem dúvida alguma, do maior significado, não somente para o futebol da referida cidade, mas para todo o Oeste do Estado.

A finalidade da entidade que se deseja declarar de utilidade pública, é dirigir e representar o futebol amador na cidade de Cascavel, e na região determinada pela Federação Paranaense de Futebol, bem como fomentar a prática deste esporte como ramo importante da cultura física, zelando sempre pelos sadios princípios do amadorismo paranaense.

Portanto, por achar que todas as reivindicações em prol do futebol são justas e necessárias, é que apresentamos o presente projeto de lei que declara de utilidade pública a LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE CASCAVEL, esperando que o mesmo encontre acolhida nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 116/80

P A R E C E R:

Com a iniciativa tomada, intenta o autor do presente projeto, contribuir para o incremento ao futebol amador no Oeste do Estado, que reputamos salutar, pois nele se encontra o celeiro dos grandes jogadores que tanto têm projetado o Brasil nas canchas do mundo inteiro.

Sob o ponto de vista legal, todas as exigências foram satisfeitas, o que nos leva a subscrever no documento em pauta, o nosso parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Renato Bueno, Relator

Em votação. — Aprovado.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa defere. (É procedida a verificação de votação).

28 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para deliberação, apenas para prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Reinaldo Stendel, ocorrido nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Vitória Sovierzoski, ocorrido em Campo Largo. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem de mais um aniversário de fundação do Distrito de Tamarana, Município de Londrina. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, bem como às bancadas Federais na Câmara Federal e Senado, encarecendo apoio e empenho em favor da estadualização das loterias existentes no País. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Resolução n.º 82/79. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do "Dia Nacional do Povo Árabe". — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região, encarecendo a instalação de uma Junta de Conciliação e Julgamento na cidade de Cascavel. — Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Adia-se para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministros da Justiça, das Relações Exteriores e ao Sr. Embaixador do Paraguai no Brasil, no sentido de facilitar o retorno de brasileiros retidos no Porto General Alfredo Stroessner, no lado paraguaio da Ponte da Amizade. — Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9.^a LEGISLATURA – 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 17.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e oitenta, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado GILBERTO CARVALHO. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado JOSÉ ANTONIO

DEL CIEL apresentou redação final dos seguintes processos: **PROJETO DE LEI N.º 178/79** -- de autoria do Deputado Fuad Nacli, que declara de utilidade pública a "CASA ASSISTENCIAL MARIA DOLORES", com sede na Cidade de Cascavel, bem como os Projetos de Resolução de n.ºs 41, 42, 43, 44, 45 e 46/80, os quais foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;
Lélío G. Sotto Maior, Secretário.